

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FAULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA

LUCIANA PATRÍCIA DA SILVA PERES

**Quais são as possibilidades de alunos do Ensino
Fundamental ter um bom entendimento sobre Cidadania:
direitos e deveres?**

Porto Alegre
2010

LUCIANA PATRICIA DA SILVA PERES

Quais são as possibilidades de alunos do ensino fundamental ter um bom entendimento sobre Cidadania: direitos e deveres?

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Natália de Lacerda Gil

Tutora: Prof.^a Márcia Campos

**Porto Alegre
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Valquiria Link Bassani

Diretora Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

Ao concluir este trabalho, gostaria de agradecer...

... a Deus, que é o meu guia e é quem me dá forças para ir sempre adiante na realização dos meus objetivos e dos meus sonhos;

... à minha mãe, Iracema, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida, me dando todo o apoio necessário para que eu estivesse sempre bem e pudesse assim dar continuidade aos meus estudos;

... à minha filha, Julia, que mesmo sendo tão jovem, sempre teve muita maturidade para entender que a sua mãe estava um pouco distante e afastada dela, nestes últimos tempos, porque estava em busca de um futuro melhor para toda nossa família;

... ao meu marido, Éverton, pelo amor, carinho, dedicação, força, apoio e incentivo que sempre me deu, e por sempre estar ao meu lado, me ouvindo e me confortando nos momentos de angústias e incertezas;

... a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho, meus familiares, amigos, colegas, professores e tutores...

... Muito Obrigada!

Nossa sociedade precisa de cidadãos
autônomos capazes de pensar, e não
apenas de obedecer a regras pré estabelecidas.
(PIAGET, 1996, p. 32)

RESUMO

O presente trabalho reflete sobre o significado do termo ‘Cidadania’ e como ocorre o processo de entendimento do mesmo pelas crianças. Cidadania é um termo atual e diz respeito aos direitos e deveres de todos os indivíduos, portanto é um assunto muito importante e que deve ser trabalhado todos os dias na escola. Além de muito importante, o assunto cidadania quando é trabalhado em sala de aula é muito gratificante. Nos tempos atuais em que a nossa sociedade traz consigo muitos conflitos e dificuldades de convivência em grupo, se faz necessário que a instituição escolar amplie sua visão em relação à preparação de seus alunos para a vida. Trabalhar cidadania significa trabalhar valores, ética, inclusão, consciência e muito mais, trabalhar cidadania diariamente com os alunos significa também a possibilidade de prevenir alguns fatores que levam a sociedade a esta disparidade e a esta falta de valores que observamos em nosso cotidiano através das mídias. Tal trabalho investiga como os alunos percebem e demonstram seus conhecimentos acerca deste assunto na escola através de situações vivenciadas no dia-a-dia, como por exemplo: os trabalhos em grupo, como as crianças agem em relação ao próprio trabalho, como demonstram os seus conhecimentos e como agem em relação aos seus colegas e à professora. Investigou-se também através de brincadeiras simples e corriqueiras, como os jogos na sala de aula e os jogos no pátio da escola, como se organizaram e como colocaram em prática tal organização. O cuidado que os alunos demonstram com a manutenção da instituição em que eles estudam também demonstra seu conhecimento sobre o que é cidadania. Cuidar do mobiliário da escola e da limpeza da mesma são práticas que demonstram valores aprendidos na própria escola e também na família. Para alcançar tais objetivos, este trabalho se reporta aos estudos de Jean Piaget, Ulisses Araújo, Paulo Freire, Constance Kamii, Yves de La Taille, entre outros autores que falam sobre cidadania. Ainda contou com textos retirados dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dando ênfase ao processo de desenvolvimento moral e ético da criança. A metodologia utilizada foram observações realizadas com crianças do ensino fundamental em uma escola de Gravataí/RS. Os dados coletados foram registrados em diários de campo e sujeitos à análise e reflexão. A partir da pesquisa de campo, foram levantadas

categorias de intervenções dos alunos no espaço escolar. Analisando tais categorias e refletindo sobre os comportamentos e conhecimentos dos alunos, conclui-se que os alunos aprendem muito bem sobre assuntos de seus interesses, assuntos que fazem parte do seu cotidiano, compreendendo bem o significado da palavra cidadania, direitos e deveres, o que são valores morais, ou éticos, além de perceberem a importância de se viver em uma democracia, aprendendo a respeitar o próximo e o meio em que vivemos.

Palavras-chave: Cidadania. Conhecimento. Desenvolvimento moral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: CIDADANIA PARA QUÊ ?.....	10
1.1. Aprendizagem e Conhecimento.....	12
1.2. Cidadania na escola.....	14
CAPÍTULO 2: CIDADANIA EM SALA DE AULA.....	18
2.1 Aspectos Metodológicos.....	18
2.2 Escola Municipal Parque dos Eucaliptos.....	19
2.3 Sobre o Entorno da Instituição.....	19
2.4 A Turma.....	20
2.5 Analisando os dados coletados.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
BIBLIOGRAFIA	37

INTRODUÇÃO

Para a realização do meu trabalho de conclusão de curso pensei em dar continuidade ao tema desenvolvido durante o meu estágio. Por se tratar de um tema muito amplo decidi aceitar a sugestão das minhas orientadoras do estágio e tentar direcionar mais a questão a ser trabalhada neste TCC.

A ideia inicial que me surgiu foi:

” Quais as possibilidades de um bom entendimento sobre cidadania:direitos e deveres em crianças de 1º ano do ensino fundamental? ”

Esta idéia me surgiu, porque eu gostaria de dar continuidade ao trabalho que iniciei com as crianças de 1º ano do ensino fundamental durante o meu estágio. Trabalhar cidadania com os pequenos foi muito gratificante, este assunto me parece de grande importância para ser trabalhado na escola, pois esta instituição às vezes parece carente de assuntos ligados diretamente à vida dos alunos, ou à realidade em que eles vivem e que deverão estar preparados para “encarar” na vida adulta. Ter conhecimentos prévios sobre os seus direitos e deveres me faz entender que poderá servir de auxílio para os mesmos em sua formação e em sua caminhada, como um indivíduo que precisa estar informado sobre a realidade e quanto mais cedo esta informação chega, mais cedo eles terão oportunidade de amadurecer como pessoas responsáveis.

Durante o meu estágio percebi que o tema cidadania chamava muito a atenção dos alunos, pois falamos muito sobre coisas do dia-a-dia, como, por exemplo, em uma de nossas aulas trabalhei com os alunos sobre o uso do cinto de segurança do carro, todos ficaram alvoroçados e queriam falar sobre suas experiências sobre neste assunto. Na verdade, a grande maioria dos alunos comentou que ao sair de carro com seus pais eles não usavam o cinto de segurança e seus pais não os orientavam a utilizá-lo e nem da importância do mesmo, por que usá-lo?

Comentei com eles que o uso do cinto de segurança era obrigatório e que todos deveriam estar cientes disso, comentei também que existiam leis que deveríamos respeitar, porque quando não respeitamos as leis somos cobrados e até responsabilizados por tais atos e que deveríamos aprender desde pequenos nossos direitos e também nossos deveres.

O respeito a tudo e a todos simplifica bastante o que significa cidadania, o respeito é essencial, e quando respeitamos as regras e as pessoas, passamos a ter uma vida muito mais tranquila e feliz.

Quanto à questão pensada inicialmente, sobre quais as possibilidades de um bom entendimento sobre cidadania: direitos e deveres com crianças de 1º ano do ensino fundamental, esta questão surgiu após o final do meu estágio quando comecei a me questionar se os alunos haviam realmente conseguido entender o que significava cidadania, o que eram direitos e deveres, então pensei sobre quais seriam as possibilidades de um bom entendimento sobre este assunto, será que eles aprenderam?

Percebi que são muitas as possibilidades de um bom entendimento deste assunto por crianças tão pequenas. Primeiro, existe a possibilidade de se trabalhar este tema informando as crianças sobre seus direitos, trabalhando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Existe também a possibilidade de fazer com que a família participe deste momento da escola, respondendo pesquisas levadas pelos alunos para casa, assim os conhecimentos se ampliam, não ficam limitados somente à sala de aula.

A possibilidade de trabalhar a parte afetiva que existe nas crianças também é uma forma de se conseguir bons resultados, podendo ampliar esta afetividade, trabalhando também valores, que é algo que eles levarão para a vida toda.

Estes são alguns dos motivos, dentre outros, que me levaram a querer saber mais sobre as possibilidades de alunos do 1º ano do ensino fundamental adquirirem um bom entendimento sobre cidadania.

1. CIDADANIA PARA QUÊ ?

Se formos pesquisar no dicionário Luft encontraremos cidadania como sendo a qualidade ou condição de cidadão. E é desse conceito de cidadania e das relações que as crianças estabelecem com o adulto no seu dia-a-dia e que geram aprendizagens para a autonomia cidadã que pretendo falar, utilizando os autores Jean Piaget, Paulo Freire, Ulisses Araújo, Liseane Camargo, Alcemira Fávero, Puig e Lucia H. Lodi para abordar este tema.

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permitem aos cidadãos e cidadãs participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje, no entanto, o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender as necessidades políticas e sociais, tendo como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas. (Brasil, 2009)

Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas. Mas esta é uma difícil tarefa e por isso pressupõe a educação de todos, crianças, jovens e adultos, a partir de princípios coerentes com esses objetivos e com a intenção de ensinar uma cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa dos alunos do ensino fundamental. Sempre observando sua capacidade de entendimento quanto ao assunto já que se trata de crianças de 6 a 8 anos de idade, poderemos realizar um trabalho significativo e permanente na vida dos mesmos. (Brasil, 2009)

A educação para a cidadania deve visar, também, ao desenvolvimento de competências para lidar com: a diversidade e o conflito de ideias, as influências da cultura e os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. (Brasil, 2009)

Atualmente as crianças e os adolescentes vão à escola para aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes e apenas isso. Não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações. Entendo que a escola, enquanto instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve se preocupar também com a construção da cidadania. Se os pressupostos atuais da cidadania têm como base a garantia de uma vida digna para todos os seres humanos, essa escola deve ser democrática, inclusiva e de qualidade, para todas as crianças e adolescentes. Para isso, deve promover na teoria e na prática, as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados. (Brasil, 2009)

Trazer "valores" para a sala de aula também faz parte de uma educação cidadã, mas como os valores são apropriados pelos alunos? Adotamos a premissa de que os valores não são nem ensinados, nem nascem com as pessoas, e sim são construídos nas experiências significativas que os mesmos estabelecem com o mundo. Essa construção depende diretamente da ação do sujeito, dos valores implícitos nos conteúdos com que interage no dia-a-dia e da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e a fonte de valores. (Brasil, 2009)

De acordo com Tugendhat (1999, p.362), o comportamento moral e ético consiste em reconhecer o outro como sujeito de direitos iguais e, dessa forma, as obrigações que temos em relação ao outro correspondem, por sua vez, à direitos. Isso demonstra que todos os seres humanos, independentemente de suas peculiaridades e papéis específicos na sociedade, têm determinados direitos simplesmente pela sua condição de seres humanos.

Benevides (2004), ao tratar do tema dos direitos humanos, discute sua universalidade e a concepção de que são naturais e, ao mesmo tempo, históricos.

Partindo de formas de compreensão como as citadas acima e como resultado do esforço da comunidade internacional para estabelecer parâmetros que possam balizar as ações das diferentes culturas com relação ao que se considera como razoável quanto ao respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, foi que a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento, em sua base, reconhece três dimensões dos direitos humanos: 1) as liberdades individuais, ou o direito civil; 2)os direitos sociais; e 3)os direitos coletivos da humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, por conter o consenso da comunidade internacional sobre os direitos considerados fundamentais ao ser humano, pode ser um guia de referência para a análise dos conflitos de valores vivenciados em nosso dia-a-dia e para a

elaboração de programas educacionais que objetivem uma educação em valores. Se desejarmos ter uma educação ética e voltada para a cidadania, devemos partir de temáticas significativas, propiciando condições para que os alunos desenvolvam sua capacidade dialógica e desenvolvam também a capacidade autônoma. (Brasil, 2009)

Araújo (2009) e Lodi (2009) afirmam que

aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência, aprender a usar os diálogos nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem ser ensinados na escola.

1.1 Aprendizagem e Conhecimento

Piaget (1976) explica a aprendizagem através de dois processos: assimilação (interpretação de uma informação nova) e acomodação (reconhecimento de uma informação através daquela já construída, reelaborando-a). Estes processos permitem o que o autor chama de equilíbrio. O pensamento evolui através destes movimentos de adaptação ao meio com a pretensão de atingir um pensamento formal e socializado e, no que diz respeito ao desenvolvimento moral, até tornar-se autônomo.

A elaboração da teoria explicativa da gênese do conhecimento no homem levou Piaget a formular propostas teóricas e metodológicas inovadoras, quanto à natureza dos processos de desenvolvimento da criança e que, contrariavam as teses do inatismo-maturacionismo e do comportamentalismo.

O fundamento básico de sua concepção do funcionamento intelectual e do desenvolvimento cognitivo é o de que as relações entre o organismo e o meio são relações de troca, pelas quais o organismo adapta-se ao meio e, ao mesmo tempo, o assimila, de acordo com suas estruturas, num processo de equilíbrios sucessivos. A infância é considerada como um período particular do processo de formação do pensamento, que só se completa na idade adulta. Em sua concepção, conhecer é organizar, estruturar e explicar a realidade a partir daquilo que se vivencia, nas experiências com os objetos do conhecimento.

Para Fávero (2005, p 24-25) “A criança precisa viver situações em que sua autonomia seja fatalmente exigida. Um bom exercício é a organização de regras coletivas, que exigirão entendimento, acordos e aprovação recíproca”.

Para Paulo Freire (2003), em **Pedagogia da Autonomia**, “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

É neste sentido que ensinar não é transmitir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem dicência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.(...)Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando.

Neste sentido oferecer aos alunos uma educação voltada para a cidadania, é ensinar-lhes os valores necessários para uma vida digna e criar oportunidades para que esses indivíduos consigam através de suas vivências no ambiente escolar desenvolver-se de tal forma que eles mesmos criem novas possibilidades de um futuro melhor. (Brasil, 2009)

Para o construtivismo, a criança desenvolve a sua aprendizagem “através das relações com o meio (ambiente em que ela está inserida e com que se relaciona) e o desenvolvimento moral não está separado dessa premissa” (Piaget, apud Camargo, 2007, p22). Entende que o conhecimento não é inato, mas que existem condições adquiridas a priori e desenvolvidas na relação com os objetos e pessoas.

Com base nos estudos realizados, podemos dizer que, no aspecto moral, a criança passa por uma fase pré-moral, caracterizada pela anomia (ausência de regras), e pelo ‘egocentrismo’ infantil. Aos poucos, a criança vai entrando na fase da moral heterônoma e caminha gradualmente para a fase autônoma.

Na fase de anomia, natural na criança pequena, ainda no egocentrismo, não existem regras e normas. O bebê, por exemplo, quando está com fome, chora e quer ser alimentado na hora. As necessidades básicas determinam as normas de conduta. No indivíduo adulto, caracteriza-se por aquele que não respeita as leis, pessoas, normas.

Na medida em que a criança cresce, ela vai percebendo que o mundo tem suas regras. Ela descobre isso também nas brincadeiras com crianças mais velhas, que são úteis para ajudá-la a entrar na fase de heteronomia. Nesta fase é muito importante a relação que se estabelece entre o

adulto e a criança, mas também se torna imprescindível uma convivência entre pares e a interação entre as crianças.

Na moralidade heretônoma, os deveres são vistos como externos e impostos coercitivamente e não como obrigações elaboradas pela consciência. O certo é a observância da regra e o cumprimento das normas. A responsabilidade pelos atos é avaliada de acordo com as consequências objetivas das ações e não pelas intenções. O indivíduo obedece às normas por medo da punição. Na ausência da autoridade, ocorre desordem e indisciplina.

Na moralidade autônoma, o indivíduo adquire a consciência moral. Os deveres são cumpridos com consciência de sua necessidade e significação. Possui princípios éticos e morais. Na ausência da autoridade, continua o mesmo. É responsável, auto disciplinado e justo. A responsabilidade pelos atos é proporcional à intenção e não apenas pelas consequências do ato.

Penso que o processo educativo deve conduzir a criança a sair de seu egocentrismo, natural nos primeiros anos, caracterizado pela anomia, e entrar gradualmente na heteronomia, encaminhando-se, naturalmente, para a sua própria autonomia moral e intelectual que deve ser o objetivo final da educação moral.

Esse processo de descentração conduz do egocentrismo (natural na criança pequena) caracterizado pela anomia, à autonomia moral e intelectual. Do egocentrismo inicial na criança, gradualmente, vai ‘saindo’ de si mesma, ampliando sua visão de mundo e percebendo que faz parte de um todo maior. Gradualmente, aprende a cooperar, a respeitar e a amar o próximo.

As atividades de cooperação, num ambiente de respeito mútuo, embasado na afetividade, auxiliam a criança no longo processo de descentração, conduzindo-a gradativamente da heteronomia para a autonomia moral.

1.2 Cidadania na Escola

Piaget (1994) acredita que “... o adulto deve ser um colaborador e não um mestre, do duplo ponto de vista moral e racional (...) realizemos na escola um meio tal que a experimentação individual e a reflexão em comum se chamem uma à outra e se equilibrem “(p.300).

Segundo Paulo Freire, “saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber”.(2003, p.61)

É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, e sobretudo no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. (Freire, 2003, p.60)

De acordo com Araújo, outro eixo que é apontado como fundamental para a construção da cidadania na escola é a democratização das relações interpessoais. Uma forma de operacionalizar o espaço para a participação efetiva de alunos e professores nesse processo de democratização das relações e de construção de regras comuns é a organização das "assembléias de classe".

De acordo com Puig (2000),

as assembléias são o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, para tomar consciência de si mesmo e para transformar tudo aquilo que os seus membros considerarem oportuno. É um momento organizado para que alunos e alunas, professores e professoras possam falar sobre tudo que lhes pareça pertinente para melhorar o trabalho e a convivência escolar.

Com isso, entramos no tema da cidadania, outra palavra que pode ser empregada em muitos sentidos. Desde sua origem, na Roma antiga, a cidadania está vinculada ao princípio segundo o qual os habitantes têm o direito de participar da vida política da sociedade. Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos que permite aos cidadãos e cidadãs participar da vida política e da vida pública, podendo votar e ser votado, tomar parte na elaboração das leis e exercer funções públicas, por exemplo. (Araújo, 2001)

Creio ser necessário que cada ser humano, para poder efetivamente participar da vida pública e política, se desenvolva em alguns aspectos que lhe dêem as condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para uma vida saudável, e que o levem à busca virtuosa da felicidade, individual e coletiva. Entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade que nos caracteriza e com a complexidade das relações que estabelecemos com o mundo à nossa volta e com nós mesmos. Devemos buscar compreender a cidadania também em outras perspectivas. (Araújo, 2001)

Assim, a luta pela cidadania passa não apenas pela conquista de igualdade de direitos para todos os seres humanos, mas também pela conquista de uma vida digna, em sua mais ampla acepção, para todos os cidadãos e cidadãs habitantes do planeta. (Araújo, 2001)

Tal tarefa, complexa por natureza, pressupõe a educação de todos, crianças, jovens e adultos, a partir de princípios coerentes com esses objetivos, com a intenção evidente de promover a cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade. (Araújo,2001).

Chegamos, dessa forma, ao tema da educação para a cidadania, elemento essencial da democracia. Para desenvolver o assunto, gostaria inicialmente de abordar algumas idéias de Machado, para quem educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo. (1997, p.106)

Retomando algumas ideias já abordadas anteriormente, a construção da cidadania pressupõe a instrumentalização das pessoas para a participação motivada e competente na vida política e pública da sociedade. Ao mesmo tempo, essa formação deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. Necessitamos de uma escola cujas relações entre seus membros se assentem sobre as bases da democracia e do respeito mútuo. Acredito que o respeito mútuo que se estabelece garante a harmonia das relações interpessoais na escola (Araújo, 1999).

Mas será que cabe à escola empenhar-se nessa formação? Na história educacional brasileira, a resposta foi, em várias épocas, positiva. Em 1826, o primeiro projeto de ensino público apresentado à Câmara dos Deputados previa que o aluno deveria ter "conhecimentos morais, cívicos e econômicos". Não se tratava de conteúdos, pois não havia ainda um currículo nacional com elenco de matérias. Quando tal elenco foi criado (em 1909), a educação moral não apareceu como conteúdo, mas havia essa preocupação quando se tratou das finalidades do ensino. Em 1942, a Lei Orgânica do ensino secundário falava em "formação da personalidade integral do adolescente" e em acentuação e elevação da "formação espiritual, consciência patriótica e consciência humanista" do aluno. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava entre suas normas a "formação moral e cívica do aluno". Em 1971, pela Lei n. 5.692, institui-se a Educação Moral e Cívica como área da educação escolar no Brasil. (Brasil, 2009)

Porém, o fato de, historicamente, verificar-se a presença da preocupação com a formação moral do aluno, ainda não é argumento bastante forte. De fato, alguns poderão pensar que a escola, por várias razões, nunca será capaz de dar uma formação moral aceitável e, portanto, deve abster-se dessa empreitada. Outros poderão responder que o objetivo da escola é o de

ensinar conhecimentos acumulados pela humanidade e não se preocupar com uma formação mais ampla de seus alunos. Outros ainda, apesar de simpáticos à ideia de uma educação moral, poderão permanecer desconfiados ao lembrar a malfadada tentativa de se implantarem aulas de Moral e Cívica no currículo.

Mesmo reconhecendo tratar-se de uma questão polêmica, a resposta dada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais é afirmativa: cabe à escola empenhar-se na formação moral de seus alunos. Por isso, apresenta-se uma proposta diametralmente diferente das antigas aulas de Moral e Cívica e explica-se o porque.

As pessoas não nascem boas ou ruins; é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E, naturalmente, a escola também tem. É preciso deixar claro que ela não deve ser considerada onipotente, única instituição social capaz de educar moralmente as novas gerações. Também não se pode pensar que a escola garanta total sucesso em seu trabalho de formação. Na verdade, seu poder é limitado. Todavia, tal diagnóstico não justifica uma deserção. Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante. Então, ao invés de deixá-las ocultas, é melhor que tais questões recebam tratamento explícito. Isso significa que essas questões devem ser objeto de reflexão da escola como um todo, ao invés de cada professor tomar isoladamente suas decisões. Daí a proposta de que se inclua o tema Ética nas preocupações oficiais da educação.

A transformação da escola, em face das demandas do mundo atual, para atender às diversidades culturais e à necessidade de novos conhecimentos, não é mera exigência legal, modismo, ou vontade isolada. É uma responsabilidade inerente à cidadania, porque a escola de qualidade é a que contempla as diferenças, pois só assim será a escola de todos sendo a inclusão uma consequência natural (Brasil, 2009)

Acrescente-se ainda que, se os valores morais que subjazem aos ideais da Constituição Brasileira não forem intimamente legitimados pelos indivíduos que compõem este país, o próprio exercício da cidadania será seriamente prejudicado, para não dizer, impossível. É tarefa de toda a sociedade fazer com que esses valores vivam e se desenvolvam. E, portanto, é também tarefa da escola.

2. CIDADANIA EM SALA DE AULA

Neste capítulo, introduzo no primeiro item os aspectos metodológicos que guiaram minha pesquisa para, no segundo item, contextualizar o local de observação e a turma observada. Num segundo momento, trago a análise realizada.

2.1 Aspectos metodológicos

A pesquisa aqui apresentada é de cunho qualitativo e consiste em refletir sobre quais as possibilidades de alunos do ensino fundamental adquirirem um bom entendimento sobre cidadania: direitos e deveres. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo, utilizei como técnica de coleta de dados, as observações.

Segundo Victora (2000, p. 62):

Observar, na pesquisa qualitativa, significa examinar com todos os sentidos um evento, um grupo de pessoas, um indivíduo dentro de um contexto, com o objetivo de descrevê-lo. [. . .] Ocorre que a observação na pesquisa qualitativa não é uma observação comum, mas voltada para a descrição de uma problemática previamente definida.

Por isso, durante as observações, procurei ter um olhar voltado às situações em que se manifestavam questões relacionadas ao tema “Cidadania”.

A observação foi realizada em uma escola de ensino fundamental, na cidade de Gravataí/RS, pertencente a rede municipal de ensino, em uma turma de 1º ano do ensino fundamental, na qual atuo como professora. A faixa etária das crianças observadas é de 6 a 8 anos de idade.

Por uma questão de ética na pesquisa, os sujeitos envolvidos não tiveram seus nomes e imagens divulgados, as crianças foram identificadas por letras.

Como técnica de registro dos dados, utilizei o diário de campo, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 50): “As notas de campo são: o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha, refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. O conteúdo das notas de campo são descritivos e reflexivos. A parte descritiva representa o esforço do investigador para registrar objetivamente os detalhes que ocorreram no campo. A parte reflexiva é onde aparece o ponto de vista do observador, são as reflexões do observador sobre os acontecimentos, suas ideias, preocupações e emoções geradas na experiência, meu diário de campo contém, então, os registros das observações que foram realizadas na escola, realizei as observações da seguinte forma: durante três meses, permanecendo com o grupo 4 horas por dia, de segunda-feira a sexta-feira.

2.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Parque dos Eucaliptos

A escola fica situada na Rua General Câmara, nº 200, próxima à RS 118 em Gravataí. A escola funciona nos turnos da manhã e da tarde possuindo também o programa de "Escola Aberta" aos sábados. Atende a uma população bem diversificada, os moradores do bairro Parque dos Eucaliptos, alguns moradores do bairro Bom Sucesso e também moradores da periferia da RS 118.

A escola tem uma boa estrutura física acomodando todo o ensino fundamental, do 1º ano até a 8º série. Em se tratando de recursos, infelizmente não possuímos muitos, somente os enviados pela prefeitura municipal e que normalmente não são suficientes para todas as necessidades da escola. Quanto à estrutura tecnológica, a escola ainda não possui um laboratório de informática, mas já estamos recebendo o mobiliário para o laboratório de informática começar a funcionar brevemente.

2.3 Sobre o entorno da instituição

A Escola Municipal Parque dos Eucaliptos está localizada em um bairro afastado do centro da cidade de Gravataí, seu acesso pode ser feito através do ônibus (TM3) que faz seu

percurso na RS 118 e também pelo ônibus "NORTE" que faz seu percurso dentro do próprio bairro Parque dos Eucaliptos, ou através de carro. Eu moro bem próximo à escola, mas trabalho em outro município à tarde, e, por isso sempre me desloco com meu próprio carro.

A comunidade no entorno da escola apresenta alguns recursos como o comércio em geral e uma pequena igreja cristã. Temos um grande "mercado" onde se encontra todos os tipos de alimentos básicos e outros utensílios para casa, existe também uma grande fruteira, onde os preços são melhores que os preços dos grandes "supermercados". A comunidade também conta com uma farmácia, o que é muito importante em horas de emergência. Existe também uma praçinha para o lazer das famílias que moram ali, mas infelizmente ela possui poucos brinquedos e não está em muito bom estado. Espaços culturais não existem nesta comunidade, apenas uma pequena igreja cristã.

A relação da escola com a comunidade esta melhorando a cada ano que passa. A escola faz um trabalho direcionado à participação das famílias nas atividades da escola e estamos conseguindo grandes avanços neste sentido talvez porque contamos também com o projeto "Escola Aberta" que funciona aos finais de semana e traz grandes atrativos para todos.

2.4 A turma

A turma é formada em sua maioria de crianças de 6 anos de idade, mas tem alguns alunos que já completaram 7 e 8 anos. É uma turma bem grande com um total de 26 alunos. São alunos na maioria provenientes de famílias bem carentes, somente 2 alunos já haviam passado por outra "escolinha" antes de entrar no 1º ano do ensino fundamental, portanto, quase todos os alunos têm dificuldades na pintura, recorte e colagem, também desconhecem as letras e os números.

Em relação ao comportamento, os alunos demonstram algumas variações. Na maioria dos dias são tranquilos, mas tem dias em que estão muito agitados.

Na parte afetiva, todos são muito carinhosos, alegres e brincalhões, gostam muito de conversar com a professora que procura estar sempre dialogando com eles e questionando suas opiniões, são muito significativas as aprendizagens que eles demonstram no dia-a-dia da escola.

Adiante, apresento os dados coletados, desenvolvendo a análise e reflexão acerca dos mesmos.

2.5 Analisando os dados coletados

A partir da pesquisa de campo, foram produzidos cinco diários de campo, contendo a descrição das observações e algumas primeiras impressões sobre o que foi observado. Os documentos foram analisados objetivando-se perceber quais as formas possíveis de crianças do ensino fundamental adquirirem um bom e efetivo entendimento sobre o que significa cidadania.

Todos os documentos foram categorizados sendo, então, levantadas cinco categorias de comportamento do educando no espaço escolar. Cada categoria foi dividida em duas subcategorias, que se contrapõem uma à outra. As categorias foram levantadas pela pesquisadora e corroboradas pelo grupo de orientação da pesquisa. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 221, grifo do autor):

À medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas de sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e

padrões. Estas palavras ou frases são *categorias de codificação*. As categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu [. . .] Determinadas questões e preocupações de investigação dão origem a determinadas categorias.

A seguir, apresento as categorias levantadas:

a) Tomada de decisões

1. As crianças não têm a iniciativa de participar e tomar decisões: nesta subcategoria apareceram quatro comportamentos observados.

2. As crianças tomam decisões participando efetivamente da aula: nesta sub-categoria apareceram 16 comportamentos observados.

b) Questionamentos

1. Algumas crianças não formulam perguntas: nesta subcategoria apareceram dois comportamentos observados.
2. Algumas crianças formulam perguntas e incentivam os colegas a responderem: nesta subcategoria apareceram 12 comportamentos observados.

c) Resolução de conflitos e estabelecimento de regras

1. Algumas crianças utilizam ameaças: nesta subcategoria apareceu 1 comportamento observado.
2. Algumas crianças utilizam argumentos e explicações: nesta subcategoria apareceram 12 comportamentos observados.

d) Interações no espaço pedagógico

1. Não há interação das crianças entre si, delas com os materiais e com o espaço pedagógico: nesta subcategoria apareceram três comportamentos observados.
2. Há interação entre as crianças, delas com os materiais e com o espaço pedagógico: nesta subcategoria apareceram 19 comportamentos observados.

e) Realização de tarefas

1. As crianças não realizam tarefas simples sozinhas: nesta subcategoria apareceram quatro comportamentos observados.
2. As crianças realizam tarefas simples sozinhas: nesta subcategoria apareceram 16 comportamentos observados.

Para desenvolver a reflexão acerca de quais as possibilidades de alunos de 1º ano do ensino fundamental adquirirem um bom entendimento sobre cidadania, trouxe alguns exemplos, os quais considere mais relevantes, que aparecem em cada categoria levantada. Todos os exemplos citados aqui foram retirados das categorias levantadas a partir da análise dos diários de campo.

Na categoria a) 1-As crianças não têm a iniciativa de participar e tomar decisões, aparece o seguinte comportamento:

A professora pede para o aluno P que dê alguma sugestão para o “Cartaz de Convivência”, e pergunta se ele acha que o cartaz deve ficar exposto na sala de aula, mas o aluno se nega a participar e não consegue tomar a decisão se o cartaz ficará exposto ou não.

O aluno em questão demonstra não ter autonomia em suas ações, não querendo participar e/ou dar sua opinião sobre o assunto tratado em sala de aula, demonstrando também baixa auto-estima, falta de criatividade e de criticidade.

Na categoria a) 2- As crianças tomam decisões participando efetivamente da aula, aparece o seguinte comportamento:

Ainda sobre a confecção do “Cartaz de Convivência”, a professora pede para a aluna A, que dite alguma regra que deverá fazer parte do cartaz, e a menina diz que a professora poderia colocar no cartaz que todos os alunos devem respeitar a professora, a professora pergunta para a turma se eles concordam com esta regra, e todos dizem que sim. A professora pergunta também se eles acham que isto é correto e as crianças dizem que sim e que todos devem se respeitar.

A professora consulta as crianças no momento em que tem que tomar uma decisão quanto a uma regra a ser construída pelo grupo. Ela leva em consideração a decisão das crianças e estimula-os a pensar sobre a regra, fazendo-os perceber que a regra deve valer para todos.

Os dois comportamentos citados acima deixam claras as diferenças de comportamento entre os dois alunos. Enquanto o aluno P não consegue tomar uma decisão sozinho e demonstra que não gosta de participar dos assuntos trabalhados, a aluna A demonstra uma grande participação em sala de aula e que consegue tomar decisões sozinha, tendo uma relação de

cooperação com a turma e com a professora, trazendo suas opiniões num sentimento de liberdade e de igualdade para com os seus colegas.

Segundo Piaget (1996), as relações de cooperação são mais comumente observadas entre crianças ou adolescentes. Na relação de cooperação, os sujeitos envolvidos tratam-se e respeitam-se como iguais.

Piaget (1996, p. 9) diz que “o fim da educação moral, [. . .] é o de constituir personalidades autônomas aptas à cooperação”. Quando o autor refere-se à cooperação não significa uma conduta exterior, por obediência e sim uma cooperação voluntária, espontânea, que surge de uma necessidade interior e do desejo de cooperar.

Na categoria b) 1- Algumas crianças não formulam perguntas, aparece o seguinte comportamento:

A professora está trabalhando sobre o assunto “trânsito”, é um assunto novo para os alunos, após algumas explicações, a professora pede para o aluno C que faça perguntas, questione sobre o que ele têm dúvida, mas observa que o aluno não possui autonomia suficiente para expor suas dúvidas perante os colegas, também não possui muita vivência sobre o assunto ou algum conhecimento anterior sobre o mesmo.

O aluno acima citado não tem uma opinião sobre o assunto que está sendo trabalhado, sua atitude mostra que ele não tem autonomia e não tem uma vivência nas situações hipotéticas sobre o trânsito, não conseguindo participar e ter uma opinião própria.

Na categoria b) 2- Algumas crianças formulam perguntas e incentivam os colegas a responderem, aparece o seguinte comportamento

Em uma brincadeira de pula-corda no pátio da escola a professora se afasta e deixa que os alunos se organizem sozinhos, a aluna “B” pergunta aos colegas se eles vão formar uma fila para que a brincadeira fique mais organizada, ou, não precisa de fila, cada um pula quando quiser? Os colegas dizem que sim, que precisam fazer uma fila e que cada um irá pular na sua vez.

A aluna, neste exemplo, faz a pergunta e aguarda a resposta dos colegas. Estimula-os a pensar sobre o assunto em questão, que no caso é a construção das regras da brincadeira de pular corda. Esta aluna em questão não dita as regras prontas para os seus colegas, ela os constrói junto com eles, levando em consideração o ponto de vista dos mesmos, demonstrando ter bom senso e respeito com a opinião dos colegas.

Pensando nos comportamentos acima citados, podemos dizer que o aluno C demonstra heteronomia, enquanto a atitude da aluna B demonstra que é uma criança crítica, que já possui suas próprias opiniões e com senso de organização, mostrando total autonomia em suas ações.

Conforme Kamii (1986, p. 70), para Piaget:

Os adultos reforçam a autonomia natural da criança quando usam recompensa e punição; eles incentivam o desenvolvimento da autonomia quando trocam pontos de vista com as crianças.

Na categoria c) 1- Utiliza ameaças, aparece o seguinte comportamento:

O aluno H, ao perceber que o seu colega D passou por trás de sua classe e derrubou a sua mochila no chão, fica muito irritado com o colega, e, aos gritos, pede para que o colega D arrume de volta a sua mochila no lugar.

O colega D pede desculpa e explica que foi sem querer que a mochila caiu no chão, mas o aluno H não querendo ouvir as desculpas do colega ameaça o mesmo dizendo que ele vai contar tudo para a mãe dele quando ela vier buscar ele na hora da saída e que ele “vai ver só”...pois a mãe dele é muito brava...

O aluno H em questão não respeita a tentativa do colega de “ficar numa boa”, gritando com ele em frente à professora e a todos os outros colegas que observavam a situação paralisados. O aluno H se faz respeitar porque ele é bem maior e mais forte que o aluno D, e, por isso, sabe que será respeitado pela maioria da turma. Muitas vezes ele também obriga os colegas a fazerem a sua vontade, como por exemplo: os colegas são obrigados a emprestar material escolar para ele, como canetinha, lápis de cor, e, como se não bastasse, obriga os menores a dividir a merenda com ele. Vejo neste comportamento uma total falta de respeito para com os colegas e também para com a professora que está em sala de aula, além de não respeitar, ele ainda ameaça o colega. Penso que o aluno H deveria ter tentado resolver a situação de uma

forma mais educada e gentil com seu colega. Além disso, o aluno utiliza a ameaça como forma de controle sobre o comportamento dos colegas.

Na categoria c) 2- Utiliza argumentos e explicações, aparece o seguinte comportamento:

O aluno F aproxima-se da aluna K e chorando diz que o colega HM bateu nele. A aluna K o abraça e chama o colega HM dizendo: HM, tu pode vir aqui um pouquinho, por favor”. O menino se aproxima e a colega pergunta o que aconteceu. Ele diz que bateu no colega porque este pegou o carrinho da mão dele. A aluna K diz: Se você pedisse o carrinho de volta com educação, talvez ele te devolvesse e você não precisaria brigar com o seu colega. Ele diz: Ele não ia devolver porque ele queria pegar o meu carrinho pra ele.” A aluna K diz: Eu não acho que o nosso colega ia pegar pra ele o seu carrinho, ele só queria olhar e brincar um pouquinho.” “Será que se ele tivesse um carrinho lindo como o seu e você pegasse só pra ver e brincar um pouquinho, você ia gostar que ele te batesse em você por causa disso?” Ele responde que não e a aluna K diz:” Pois é, ninguém gosta de que batam na gente, então não deve bater nos nossos colegas, pois não vai gostar se alguém bater em ti n” Ele diz: “ É, não vou gostar mesmo, e não vou bater mais em ninguém”. A aluna K diz: “Legal HM, se tu quer dizer alguma coisa pro nosso colega aproveita agora e faz as pazes”. O menino olha para o colega e pede desculpas, diz que não vai mais bater, os dois começam a brincar com o carrinho e a aluna K sorri e brinca com eles.

A aluna K acima citada age de forma coerente com a situação. Primeiro acalma o colega e, em seguida, de maneira educada e sem utilizar nenhum tipo de autoritarismo com o colega, ela chama o aluno para esclarecer a situação.

Conversa com o colega utilizando argumentos e estimulando o mesmo a colocar-se no lugar do outro. Dessa forma, ela estimula o colega a ter outro olhar da situação, fazendo-o pensar que algo que é ruim para ele, também pode ser ruim para o outro.

Os dois comportamentos citados acima envolvem a maneira como os alunos conduzem determinadas situações que, no caso, envolvem o estabelecimento de regras na rotina e na resolução de um conflito entre os alunos.

Podemos dizer que o comportamento observado no aluno HM é característico do respeito unilateral, ao passo que o comportamento observado na aluna K é característico de respeito mútuo, pois:

[. . .] respeito que chamaremos unilateral, porque ele implica uma desigualdade entre aquele que respeita e aquele que é respeitado [. . .] o respeito que podemos qualificar de mútuo, porque os indivíduos que estão em contato se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente.

(Piaget, 1996, p. 4).

Vejo a escola como auxiliar na preparação para a cidadania e o estabelecimento de limites é importante neste processo, porém, não basta estabelecer limites, impor regras prontas, mas é necessário, acima de tudo, auxiliar o aluno a refletir sobre as regras e limites a serem seguidos, e isto só é possível em um ambiente onde existam relações de respeito mútuo.

Na categoria d) 1- Não há interação das crianças entre si, delas com os materiais e com o espaço pedagógico, aparecem os seguintes comportamentos:

O aluno L não vibra com a proposta de uma nova brincadeira feita pela professora e se recusa a ajudar a arrumar os brinquedos.

O aluno M não participa da conversa com seus colegas na hora da merenda, se esquia e se isola dos colegas.

O aluno L em questão não interage com os colegas, bem como não interage com os materiais pedagógicos. Ele não participa da organização da brincadeira, não se expressa corporalmente, pois não se movimenta e como sanção aos colegas se exclui da brincadeira. No segundo exemplo apresentado, ele não participa da conversa, quando, ao contrário, poderia demonstrar que gosta e que tem suas opiniões, nas trocas entre os colegas, neste momento que, em minha opinião, é muito propício para a interação entre os mesmos.

Na categoria d) 2- Há interação entre as crianças, delas com os materiais e com o espaço pedagógico, aparecem os seguintes comportamentos:

A aluna E conversa em tom de voz baixo com a colega que senta ao seu lado e trocam ideias sobre as atividades que acabaram de fazer, dando sugestões uma para a outra, brincando e rindo.

O aluno J na hora da educação física pega uma bola de futebol e convida alguns colegas para jogar com ele, organizam-se e escolhem o melhor local para jogarem.

A aluna E acima citada tem a liberdade e a autonomia de interagir livremente com a colega, bem como interage com o espaço pedagógico em geral. No momento em que ela conversa em tom de voz baixo com a colega demonstra respeito para com a professora e com os seus colegas, demonstra também responsabilidade em conversar somente após o término das tarefas da aula. Esta aluna já aprendeu a conviver bem em grupo, cuidando para não ultrapassar os limites combinados com a turma.

Durante muito tempo, a escola tinha como única tarefa transmitir às crianças os conhecimentos adquiridos pelas gerações anteriores, sendo que o professor era o detentor destes conhecimentos e a criança deveria ser submissa à autoridade do professor. Qualquer contato das crianças entre si era visto como perda de tempo.

Com o passar dos anos, a partir de observações e estudos de psicologia, chegou-se à conclusão de que a criança não é um ser passivo cujo cérebro deve ser preenchido, mas um ser ativo cuja pesquisa espontânea necessita de estímulo.

Piaget (1998, p. 139) diz que “a principal tarefa da educação parece ser cada vez mais a de formar o pensamento e não o de povoar a memória”.

Segundo Piaget (1998), os profissionais preocupados em respeitar a atividade espontânea da criança foram levados à ideia do trabalho em grupo, primeiramente porque a criança, tendo chegado num certo grau de desenvolvimento, tende espontaneamente à vida coletiva e ao trabalho em comum e, em segundo lugar, porque a verdade — como todo bem moral — só é conquistada pelo esforço livre e este tem por condição natural na criança a colaboração e a ajuda recíproca.

Podemos dizer que a vida do grupo é o meio natural da atividade intelectual e a cooperação é o instrumento necessário para a formação do pensamento racional.

Pensando nisso, acredito que a atitude do aluno L e do aluno M são inadequadas e incoerentes nos dias de hoje, pois eles não demonstram interesse em interagir com os colegas, não participam da organização dos brinquedos, demonstrando não valorizarem a cooperação entre si, no momento que se excluem demonstram que não aprenderam a conviver em grupo.

Já a atitude da aluna E está mais de acordo com o que deveria ser atualmente o comportamento dos alunos em sala de aula, ter o conhecimento dos seus direitos, mas também dos seus deveres, convivendo em grupo de uma forma harmoniosa e respeitosa.

Segundo Piaget (1998, p. 149-150):

[. . .] a vida em grupo é a condição indispensável para que a atividade individual se discipline e escape da anarquia: o grupo é, ao mesmo tempo o estimulador e o órgão de controle [. . .] o grupo desenvolve a independência intelectual de seus membros.

Na categoria e) 1- As crianças não realizam tarefas simples sozinhas, aparecem os seguintes comportamentos:

O aluno N não pára sentado no seu lugar, levanta-se o tempo todo, toda hora quer ir ao banheiro só para sair da sala de aula, fica conversando ao mesmo tempo em que a professora está explicando, responde a professora em voz alta, e só quer brincar na sala de aula, não copia as atividades do quadro.

O aluno acima citado desrespeita o tempo todo o direito dos colegas, pois conversa atrapalhando o entendimento das explicações dadas pela professora, desconhece seus deveres enquanto aluno que é realizar as atividades propostas, respeitar a professora e os seus colegas.

No meu entendimento, são nestes casos, que, aliás, são muito comuns em sala de aula, que permitem perceber a importância de uma educação para a cidadania, mostrar para o aluno que ele tem sim o direito de ir ao banheiro quando precisar, que tem o direito de conversar enquanto faz as suas atividades, mas que ele tem deveres a cumprir e que ele não pode esquecer, assim como ele tem o direito de estudar, conversar, brincar, seus colegas também tem e todos precisam estar cientes disso, para que haja uma boa convivência em grupo, respeitando o direito dos outros.

Na categoria e) 2- As crianças realizam tarefas simples sozinhas, aparecem os seguintes comportamentos:

O aluno R ao descer para o refeitório na hora da merenda aguarda na fila a sua vez, pega os talheres e o prato, serve-se de uma quantidade de comida razoável, a qual ele sabe que não vai deixar no prato, come o alimento e coloca a louça suja no lugar adequado. Ao perceber que o seu colega está jogando toda a comida que pegou fora, comenta que ele está desperdiçando comida e que existem muitas crianças que não tem o que comer em casa, fala

também que a comida custa muito caro e que não é legal jogar fora, porque pode faltar para algum colega que esteja realmente com fome.

O aluno acima citado demonstra que tem um grande conhecimento da realidade da nossa sociedade, suas ações são autônomas e conscientes do que é certo e do que é errado, numa tentativa de conscientizar também o seu colega, expressa suas opiniões de forma coerente com a realidade em que vivemos, seus atos caracterizam a educação cidadã, que prima pelo respeito e pela cooperação.

Se temos como pressuposto que “o fim da educação moral [. . .] é o de constituir personalidades autônomas aptas a cooperar” (PIAGET, 1996, p. 9) e, pensando nos comportamentos acima citados, podemos dizer que para a criança desenvolver sua autonomia moral é necessário que ela conviva em um ambiente em que exista o respeito mútuo e que neste ambiente ela possa exercer trocas sociais entre pares, que tenha a oportunidade de assumir pequenas responsabilidades e de tomar decisões.

Segundo Araújo (1999, p.67):

[...] A escola pode e deve exercer um papel fundamental nesse processo de construção. A proposta é de que isso seja feito por meio do trabalho constante baseado em metodologias e conteúdos de aula que solicitem ao mesmo tempo a reflexão, a percepção e a regulação dos próprios sentimentos e emoções, bem como do desenvolvimento da capacidade dialógica. Sua implementação cotidiana nas aulas regulares dos conteúdos tradicionais pode auxiliar os processos de autoconhecimento, de construção de valores morais universalmente desejáveis e do auto-respeito, aspectos relevantes para o exercício competente da cidadania.

Segundo Devries e Zan (1998, p. 80): “A cooperação é importante para o ambiente sócio-moral, porque reflete respeito pela igualdade dos membros da classe, igualdade nos direitos e responsabilidades”.

Já conforme Piaget (1996, p. 5):

[...] a moral resultante do respeito mútuo e das relações de cooperação pode caracterizar-se por um sentimento diferente, o sentimento do bem, mais interior à consciência e, então, o ideal da reciprocidade tende a tornar-se inteiramente autônomo.

Com base nas palavras de Piaget, acima citadas e a partir da análise das categorias levantadas e refletindo mais especificamente sobre os comportamentos observados nos alunos, podemos dizer que alguns alunos demonstraram não ter construído em si o conceito de moral e cidadania, que requer respeito mútuo, cooperação, interação com a diferença, autonomia, responsabilidade, mas estes são em número bem pequeno. Já outros alunos observados demonstram o contrário. A grande maioria dos alunos convive muito bem em grupo, primando pela colaboração, o respeito entre os colegas, possui responsabilidade e autonomia em suas ações cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho pude refletir sobre o significado do termo ‘cidadania’ e como ocorre o processo de conhecimento do mesmo pelas crianças. Com base no estudo bibliográfico, pude perceber que o termo ‘cidadania’ inicialmente é pensado de forma positiva, como, por exemplo: As crianças aprendem cidadania no dia-a-dia em contato com os outros indivíduos de uma forma natural, pois cidadania envolve todos os assuntos de interesse das próprias crianças.

Vejo uma necessidade de que a questão do ensino da cidadania seja pensada com uma visão mais ampla. Penso que um ato moral está ligado ao respeito aos direitos alheios, ao cuidado em levar em conta a singularidade e as necessidades do outro e a consideração do bem comum. O ensino da cidadania está, então, diretamente implicado na capacidade da criança de socialização e convivência bem-sucedidas, de forma que ela possa reconhecer e considerar os próprios direitos e deveres e os dos demais.

Refletindo sobre o termo ‘cidadania’ e com base nos estudos que realizei, penso que a questão do ensino e aprendizagem sobre a mesma deve ser vista como um processo de construção interna da criança. Como observamos, Piaget (1994) afirma que, o desenvolvimento moral deve buscar desenvolver a autonomia da criança, o que depende das relações que se estabelecem durante a vida da mesma.

Por isso, acredito que, como espaços de convívio social, a família e a escola desempenham papéis fundamentais no processo de construção deste conhecimento. Papéis estes compartilhados, já que a família é responsável em ensinar as primeiras noções de regras para as crianças e na escola eu penso que o professor tem a obrigação de ensinar aos seus alunos seus direitos, deveres, e também os valores, para que eles consigam de uma forma correta pôr em prática o que aprenderam sem prejudicar o outro, o meio ambiente, e tudo que faz parte da nossa vida.

Neste trabalho, busquei, através da pesquisa de campo, perceber e refletir sobre quais as possibilidades de alunos do ensino fundamental adquirirem um bom entendimento sobre cidadania. Foi observada uma turma de 1º ano do ensino fundamental, onde os alunos tem de 6 a 8 anos de idade e pude perceber que as crianças nesta faixa etária estão abertas a novos

conhecimentos, percebi também que todos os assuntos relacionados à cidadania são de interesse dos alunos, eles demonstram um grande conhecimento sobre o que é certo e o que é errado, possuem discernimento ao relatarem suas experiências de vida, tanto no ambiente escolar como fora dele. A partir da análise dos diários de campo, foram levantadas categorias de comportamentos dos alunos.

Analisando tais categorias, com base nos estudos bibliográficos realizados e refletindo sobre os comportamentos e modos das crianças, pude perceber que existe um número muito pequeno de alunos que não interagem com o meio, não possuem autonomia em seus atos, não conseguem se expressar, demonstrando que ainda são imaturos e que não estão acostumados a viverem em democracia, pois desconhecem seus próprios direitos e também seus deveres. Porém estes alunos conseguiram demonstrar que existem muitas possibilidades de terem um bom entendimento do que significa cidadania, a partir de atividades de cooperação, como por exemplo, os trabalhos realizados em grupo. Este tipo de trabalho facilita muito o entrosamento, a interação e a troca de idéias entre os alunos, trazendo um grande crescimento para todos os integrantes do mesmo. Outra atividade que possibilita um bom entendimento do que é cidadania: direitos e deveres é a confecção do cartaz de convivência que é feito pelas próprias crianças em sala de aula, onde cada aluno pode dar sua opinião nas regras que serão expostas no cartaz e que eles mesmos deverão cumprir. Podemos ainda comentar sobre as atividades de educação física que é um momento que as crianças adoram e estão completamente dispostas a observarem e a aprenderem as regras dos jogos e assim se ensina para a vida, nas brincadeiras, no dia-a-dia, no convívio, na troca, cidadania é tudo, tudo que faz parte da nossa vida, por isso ela é tão importante e deve ser ensinada todos os dias para as crianças, de formas diferentes e significativas para que fiquem gravadas na consciência dos alunos.

Existe um número bem maior de crianças que demonstram estarem perfeitamente sintonizadas com o que acontece na sociedade, estas crianças já conhecem seus direitos e deveres, são crianças conscientes dos cuidados que devemos ter em nossas atitudes do dia-a-dia.

Durante minha análise observei que muitas das atividades realizadas em sala de aula auxiliam os alunos no processo de construção do conhecimento sobre cidadania, algumas já citadas acima, muitas delas promovem uma relação de cooperação com os mesmos, onde prevalece o respeito mútuo e a reciprocidade, promovendo, assim, o desenvolvimento da autonomia das crianças. A interação entre as crianças, da oportunidade de fazerem escolhas, estes momentos incentivam as crianças a exercerem pequenas atividades, dando-lhes responsabilidades de acordo com suas capacidades, incentiva também as crianças a pensarem e

refletirem sobre acontecimentos do dia-a-dia muitas vezes levando as crianças a colocarem-se no lugar do outro, promovendo, assim, uma descentração do pensamento.

Segundo Araújo (1996, p. 111):

[. . .] ambiente escolar cooperativo é um ambiente assim denominado porque nele a opressão do adulto é reduzida o máximo possível, e nele encontram-se as condições que engendram a cooperação, o respeito mútuo, as atividades grupais que favorecem a reciprocidade, a ausência de sanções expiatórias e de recompensas, e onde as crianças têm oportunidade constante de fazer escolhas, tomar decisões e de expressar-se livremente[. . .].

Sob tal ótica, entendo que o professor deve estar à disposição de seus alunos, colaborando no dia-a-dia com o desenvolvimento moral e racional dos mesmos. Para a criança o professor serve como modelo de suas próprias ações, talvez por este motivo é que o educador necessita trabalhar assuntos tão importantes como por exemplo a cidadania.

Cidadania é um assunto onde a criança aprende um pouco sobre o que são direitos e deveres. Quando se trata de crianças pequenas, este tema deve ser abordado de uma forma simples, para que haja um bom entendimento por parte do aluno.

É importante utilizar questões que fazem parte do cotidiano dos alunos. Quando conversamos com os pequenos podemos observar o quando eles já entendem de questões conhecidas, o quanto eles gostam de dialogar e fazer questionamentos em relação a estes assuntos. Durante meu estágio pude observar que eles assimilam muito bem tais conteúdos porque são significativos para eles.

Os alunos do ensino fundamental (06 a 10 anos de idade) trazem consigo uma gama muito grande de aprendizagens que adquiriram através de suas vivências fora da escola, fazer esta junção entre aprendizagens educacionais escolares e aprendizagens do cotidiano traz para a sala de aula um sentimento de satisfação tanto por parte dos alunos como por parte do educador. Esta é uma educação voltada para a cidadania, a aprendizagem útil, como eu gosto de pensar.

A aprendizagem como vimos é um processo que ocorre através de situações e vivências dos seres humanos, as relações interpessoais que ocorrem em sala de aula são fundamentais para aprendizagens significativas, entender os alunos e oferecer a eles conteúdos que fazem parte da realidade deles é o mesmo que oferecer a oportunidade de entender a vida como ela é e é

também uma forma de preparar o educando para viver em sociedade, com respeito aos outros, com respeito às diferenças e, principalmente, mostrando a eles as suas capacidades.

A prática pedagógica neste sentido também é muito importante já que é no dia-a-dia da sala de aula que professor e alunos trocam experiências e conhecimentos, respeitar esses momentos de troca é fundamental para que aconteça a aprendizagem de fato, o aluno não poderá respeitar ou confiar em um professor autoritário que somente passa conteúdos distantes dos seus interesses. É muito fácil encontrar maneiras de motivar os alunos para as aulas, eu acredito que no momento que o professor escuta o que seu aluno diz ele consegue perfeitamente se organizar com os conteúdos e construir um planejamento que atinja seus objetivos junto as crianças.

Por tudo isso, penso que, o estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) também pode e deve ser usado como um guia de referência para a análise dos conflitos de valores vivenciados em nosso cotidiano e para a elaboração de programas educacionais que objetivem uma educação em valores. Se quisermos, portanto, promover uma educação ética e voltada para a cidadania, devemos partir de temáticas significativas do ponto de vista ético (como é o caso daquelas contidas na DUDH), propiciando condições para que os alunos e alunas desenvolvam a autonomia para a tomada de decisão em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

A educação do cidadão e da cidadã deve levar em conta a dimensão comunitária das pessoas, seu projeto pessoal e também sua capacidade de universalização, que deve ser exercida dialogicamente, pois, dessa maneira, poderão ajudar na construção do melhor mundo possível, demonstrando saber que são responsáveis pela realidade social. De forma específica, lidar com a dimensão comunitária e o diálogo com a realidade cotidiana e as normas sociomorais vigentes nos remete ao trabalho com a diversidade humana e a abordar e a desenvolver ações que enfrentem as exclusões, os preconceitos e as discriminações advindos das distintas formas de deficiência, e pelas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero.

Enfim, após analisar os dados e os comportamentos dos alunos, posso dizer que os alunos do ensino fundamental possuem muitas possibilidades de terem um bom entendimento de cidadania: direitos e deveres porque as crianças aprendem o que é do seu interesse, aprendem o que realmente tem significado para elas, o bom entendimento depende também da forma como as aulas são conduzidas, da forma como as atividades são propostas, da forma de liberdade que os alunos dispõem em sala de aula, para poderem opinar e saber que têm o direito de errar e de acertar, pois ninguém é dono da verdade e as pessoas aprendem juntas, nas trocas de opiniões.

Cidadania é um assunto muito fácil de ministrar. Aulas com diálogos e trocas de experiências são as mais significativas para o real aprendizado dos alunos...

Segundo Araújo,

Mesmo sabendo que o espaço escolar não é o único que interfere em tal processo, pois existem outros contextos sociais, como o da família, das amizades, da mídia etc., a escola pode ter um papel fundamental por ser a instituição socialmente criada para a formação das futuras gerações. Nesse sentido, compete aos profissionais da educação estar atentos às suas ações e propostas político-pedagógicas. Romper com o modelo de escola que conhecemos, repensando e reorganizando os espaços, os tempos e as relações interpessoais que o caracterizam, é um passo importante. Reconhecer as limitações dessa intervenção, conscientes dos princípios de incerteza que permeiam a complexidade das relações humanas, é outro passo a ser considerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **O Ambiente Escolar e o Desenvolvimento do Juízo Moral Infantil**. In: Lino de Macedo (Org.). **Cinco Estudos de Educação Moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

_____. **Respeito e autoridade na escola**. In: Aquino, J. (org). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.

_____. **Assembléia Escolar: Um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, U. F. & AQUINO, J. G. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e direitos humanos. In Carvalho, J. S. (org.) **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOGDAM, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Ética e Cidadania: construindo Valores na Escola e na Sociedade**. Brasília: MEC, 2009.

CAMARGO, Liseane Silveira. **O desenvolvimento moral na escola: a percepção da comunidade**. 2007.

CORTELLA, Mário Sérgio; LA TAILLE, Yves de. **Nos Labirintos da Moral**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

VRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A Ética na Educação Infantil: O ambiente sócio moral na escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DONATELLI, Dante. **O Perigo do Vácuo de Autoridade. Zero Hora: Caderno Meu Filho,** Porto Alegre, 22 maio 2006. p. 2.

FÁVERO, Alcemira Maria. **Por uma pedagogia da autonomia moral: as conexões entre as teorias da moralidade de Piaget e Habermas.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KAMII, Constance. **A Autonomia como Finalidade da Educação: implicações da teoria de Piaget**”: In: _____. **A Criança e o Número.** Campinas: Papirus, 1991.

LA TAILLE, Yves de. **A Educação Moral: Kant e Piaget.** In: MACEDO, Lino de (Org.). **Cinco Estudos de Educação Moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

LODI, Lucia H. **Ética e Cidadania: Construindo Valores na Escola e na Sociedade.** Brasília: Ministério da Educação, 2009.

LUFT, **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 14^o edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

MENIN, Maria S. S. **Desenvolvimento Moral: refletindo com pais e professores.** In: Lino de Macedo (Org.). **Cinco Estudos de Educação Moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, Jean. **Para Onde vai a Educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **A equilibracao das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **O Julgamento Moral na Criança.** São Paulo: Mestre Jou, 1977.

_____. **O Juízo Moral na Criança.** São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Os procedimentos da Educação Moral.** In: MACEDO, Lino de (Org.). **Cinco Estudos de Educação Moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

_____. **Sobre a Pedagogia:** textos inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral.** São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Democracia e participação escolar.** São Paulo: Moderna, 2000.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética.** Petrópolis: Vozes, 1999.

VICTORA, Ceres Gomes. **Pesquisa Qualitativa em Saúde:** uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ZABALZA, Miguel. **Como Educar em Valores na Escola.** Pátio: Revista Pedagógica, Porto Alegre, v. 4, n. 13, p. 21-24, maio/jul. 2000.